

GRUPO PARLAMENTAR



### **Projeto de Resolução n.º 1023/XII/3.<sup>a</sup>**

**Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.**

(publicado no Diário da república, 1.<sup>a</sup> série – n.º 61 – 27 de março de 2014)

No âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 81 e 82/XII/3.<sup>a</sup>, relativas ao Decreto-Lei n.º 49/2014 de 27 de março que «Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais» os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 169.º da Constituição da República Portuguesa e dos artigos 192.º a 194.º do Regimento da Assembleia da República, resolve determinar a **Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março «Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais».**

Assembleia da República, 02 de maio de 2014

Os Deputados

José Luis Ferreira

Heloísa Apolónia